

Referências

- ARAÚJO, E. *O bom*. Rio de Janeiro: Odeon, 1967. 1 disco sonoro.
- CARLOS, R.; CARLOS, E. As curvas da estrada de Santos. Intérprete: Roberto Carlos. In: CARLOS, R. *Roberto Carlos*. Rio de Janeiro: CBS, 1971. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 2.
- CASTELO BRANCO, E. A. *Todos os dias de Paupéria: uma contra-história da Tropicália*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Univerdade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CORRÊA, R.; GONÇALVES, D. É papo-firme. Intérprete: Roberto Carlos. In: CARLOS, R. *Roberto Carlos*. Rio de Janeiro: CBS, 1971. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.
- IMPERIAL, C. O bom. Intérprete: Eduardo Araújo. In: ARAÚJO, E. *O bom*. Rio de Janeiro: Odeon, 1967. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.
- LENNON, J. Imagine. Intérprete: John Lennon. In: LENNON, J. *Imagine*. Ascot (UK), 1971. 1 disco sonoro.

MARTINHA. Eu daria minha vida. Intérprete: Martinha. In: MARTINHA. *Martinha*. Recife: Rozenblit, 1968. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.

NUNES, G. O bom rapaz. Intérprete: Wanderley Cardoso. In: CARDOSO, W. *O bom rapaz*. Rio de Janeiro: Copacabana, 1967. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 2.

PAIANO, E. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996.

TORQUATO NETO. Última hora: geléia geral. In: PIRES, P. R. (Org.). *Torquatália: geléia geral*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. v. 2. p. 197-381.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

* Professora do Departamento de História e Geografia e do Mestrado em História do Brasil/UFPI

ESCRAVIDÃO E VIOLÊNCIA: debates e tendências na historiografia piauiense

Por Débora Laianny Cardoso Soares* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: o ensaio objetiva apresentar a relação escravidão e violência na historiografia piauiense. Para tanto, diferentes abordagens apresentam as relações escravistas no Piauí. A partir da segunda metade do século XX, inicia-se a estruturação das visões do cativo assentadas em fontes documentais que resultaram em interpretações que defendem o paternalismo, a violência e o consenso social.

Palavras-chave: Escravidão. Relações escravistas. Violência.

O trabalho escravizado na economia pastoril constitui-se tema central na historiografia sobre a escravidão no Piauí. Embora assegurando a presença e a importância dos trabalhadores escravizados na estrutura produtiva, os estudos indicam certa dualidade de padrão de relações escravistas que pouco contribui para a compreensão das raízes da formação social. O debate concentra-se na relação violência-escravidão e possibilita a estruturação de correntes teóricas que podem ser identificadas nos seguintes posicionamentos: defesa das relações paternalistas, defesa das relações marcadas por violência apresentando duas tendências, sendo uma marcada por diferenciação de tratamento para escravizados privados e públicos e outra pela resistência para superação do domínio escravista; e defesa de relações consensuais com resistência e acomodação dos escravizados. A gênese da interpretação pode ser encontrada em memorialistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX, que legaram leituras sobre a sociedade piauiense e as relações escravistas a partir de um mundo rural marcado por trabalho compulsório aleatório e acessório na lide campeira e relações brandas de controle (cf. GARDNER, 1942; ALENCASTRE,

1981; SPIX; MARTIUS, 1981).

Salvo engano, somente na segunda metade do século XX iniciaram-se as pesquisas históricas sobre a formação social piauiense, resultando nas primeiras páginas sobre o cativo piauiense, elaboradas com base em documentação oficial. Trata-se de pesquisas para a história do Piauí, de 1966, do historiador Odilon Nunes (1996). A obra é uma sistematização da história do estado e apresenta em um capítulo destinado a análise do processo abolicionista a visão do autor sobre a escravidão. As páginas buscam negar a violência, minimizar a presença dos escravizados e apresentar uma sociedade paternalista. Em rigor, trata-se de uma leitura requentada dos viajantes, especialmente Spix e Martius (1938), que pouca importância deram ao trabalho feitorizado no criatório. Odilon Nunes (1996, p. 63), porém, superou seus antecessores ao apresentar os cativos como parte do contexto familiar senhorial:

«...] ordinariamente, tratava de modo paternal sua escravaria, e ainda melhor tratava, se era ele pobre, pois disporia apenas de escravos como serviçais, para pajem, ou trabalhos domésticos, e desde então ficavam integrados na vida familiar como criados.»

A citação parece exemplar. Para sustentar sua

ideia de sociedade piauiense escravista, o historiador afirmava que a base econômica, a pecuária, propiciava a construção de uma sociedade de [a.] tendências democráticas, ao exercício da liberdade, donde, o respeito à dignidade humana+(NUNES, 1996, p. 63). Sendo então, em seu entender, poucos os casos de violência e crime envolvendo senhores e cativos, pois estes conviviam harmoniosamente. A peculiaridade da utilização da mão de obra servil no Piauí, segundo Odilon Nunes, estava atrelada à principal fonte de riqueza senhorial, a criação de gado de forma extensiva, servindo, assim, de forte argumento para reafirmar essa escravidão afável vivenciada pelos cativos, na qual os senhores não sentiam a necessidade de brutalizar seus trabalhadores por conta do trabalho, em razão da lida diária não necessitar de grandes esforços nem de muitos braços. Para o historiador, nas relações escravistas, a ocorrência de fatos socialmente considerados hediondos e o uso da truculência por parte senhorial eram casos raros, sendo estas ações incitadas pelos escravizados, motivados por [vingança ou baixos instintos+(NUNES, 1996, p. 252).

A obra de Nunes, considerada fundante da historiografia piauiense, reabilita a escravidão na tentativa de imprimir uma imagem de uma sociedade afável, civilizada e respeitosa para com as leis que se colocavam acima dos poderes e desejos individuais dos senhores. Além disso, sua interpretação legava ao elemento cativo, e tão somente a este, a herança de uma má índole que outrora vicejava na sociedade piauiense quando dos anos iniciais da ocupação do território; processo marcado por lutas e tensões. O escravizado foi resgatado de uma condição de negação de existência ou de existência minimizada a uma quase invisibilidade social para a condição de uma existência negativa responsável pelo atraso moral e econômico da capitania e posterior província.

Odilon Nunes reproduzia as aspirações vigentes nas décadas que antecederam aos últimos suspiros do sistema escravista, marcadas pela presença de agentes políticos e de um aparato policial que tiveram importância crucial para a formação de um cenário favorecedor a um processo de civilização moral e religiosa da sociedade, no qual havia um esforço para construir uma ambiência urbana com aparência de local civilizado e com população dócil; comportamento social pautado no projeto elitista¹ de desconstrução das

características herdadas pelos seus primeiros habitantes.

Seguindo os passos do principal expoente da visão paternalista da escravidão no Piauí, Monsenhor Chaves (1998), em *Obras Completas*, reafirma a memória dos escravizados de [baixos instintos+de Odilon Nunes. Para Monsenhor Chaves os negros cativos [abusavam+dos [bons senhores, que eram a maioria no Piauí+(CHAVES, 1998, p. 91). Maioria não significa totalidade, e o historiador, cuidadosamente, deixa os maus senhores no passado da sociedade. Assim, a escravidão no Piauí foi dividida em duas fases. Na primeira,

[a.] imperou, com certa ênfase, o regime de ferro e fogo, com castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono de doentes e dos velhos. Esta fase enche todo o período colonial alongando-se pelos começos do Império.+(CHAVES, 1998, p. 190).

Percebe-se que a demarcação do período revela o império da crueldade nas relações, haja vista a [primeira fase da escravidão+(CHAVES, 1998, p. 190) vigorar por quase a totalidade da experiência escravista. A violência é revelada através de anúncios de fugas em jornais da época, nos quais as marcas nos corpos dos escravizados denunciavam os severos castigos infligidos:

[...] em 1848 fugiu uma mulata de nome Maria Isabel, idade de 40 anos pouco mais ou menos, dos sinais abaixo declarados, e conduzindo consigo uma cabrinha, com 6 meses pouco mais ou menos, ainda pagã [...] os sinais da mulata são os seguintes: [...] nas costas abaixo do talho da camisa tem um pequeno sinal de relho. sobre um dos peitos tem dois sinais: um redondo, de fogo, outro comprido sendo este de relho (CHAVES, 1998, p. 194, grifos do autor).

Ao que parece, o grifo do autor tinha o intuito de demonstrar ao leitor a veracidade e a extensão da violência. Na sua percepção, os sinais da violência seriam menos perceptíveis na segunda fase, caracterizada como sendo [menos árdua e violenta, com tratamento mais cuidadoso aos escravos+(CHAVES, 1998, p. 191). A argumentação do autor baseia-se no fim do tráfico negreiro e na construção de medidas para o comprimento dessa lei. Nesta perspectiva, o trato violento dispensado aos cativos foi modificado a partir de 1850. Na constatação de uma escravidão branda, o autor reforça a bondade senhorial e apresenta este comportamento como motivo para práticas abusivas de escravizados, tal qual era o caso do

[...] Comandante do corpo de Guarnição, Cel. Manoel Rolemberg Almeida, que se viu forçado a publicar na imprensa o seguinte aviso: [abaixo assinado, querendo prevenir abusos, faz ciente os

Snrs. Negociantes desta cidade, que não se responsabiliza pelas compras feitas a créditos em seu nome por seus escravos, visto sempre fazê-las à moeda+(CHAVES, 1998, p. 191).

O olhar do historiador fortalece a construção de um negro cativo malicioso que não só abusava dos bons senhores como também da sociedade piauiense que colocou-se sempre ao lado do escravo+(CHAVES, 1998, p. 191). Para Monsenhor Chaves, a imprensa era o principal meio de controle da violência senhorial, divulgando os poucos casos de sevícia e ressaltando a boa índole dos cidadãos e seu senso de punição para com aqueles senhores que ultrapassavam os limites socialmente aceitos, sendo eles pobres ou da elite. As relações escravistas nesta segunda fase seriam então limitadas pela postura **civilizada** da sociedade que se contrapunha aos excessos da violência. Havia, portanto, para o autor, um nível de violência senhorial permitido e cuidadosamente zelado.

Somente no início dos anos 1980, as relações escravistas no Piauí foram revisitadas. Embora o foco da obra de Luiz Mott, *Piauí Colonial*, de 1985, não seja a análise das relações escravistas, sua obra muito contribui para o tema. Luiz Mott (2012) apresenta um contraponto à ideia que chama de fantasiosa; de que no sertão pecuarista o trabalho escravizado foi escasso. Para ele, apesar de existir espaços para a mão-de-obra livre e indígena, foi mais constante e importante a presença do trabalho do negro nas fazendas de gado. Lançando mão de dados estatísticos do final do século XVII ao XIX, o autor contesta a tese da incompatibilidade do escravizado e pastoreio e demonstra que o cativo negro foi figura presente e marcante nos sertões. A obra também desfaz o mito do absenteísmo. Considera inegável que no princípio era real a ausência de senhores vivendo nessas fazendas existentes no interior do país por diversos fatores, dentre eles, o difícil acesso e comunicação. Com o aumento de moradores nessas localidades pode-se observar que o patrão ausente foi se tornando exceção e não mais a regra, como no início do século XVII. (SOARES, D. L. C.; LIMA, 2011)

Sobre as relações escravistas, Luiz Mott (2012, p. 116) ressalta um tratamento menos opressivo do que em outras áreas produtivas, onde parece que as condições e relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria eram muito melhores na zona pecuária do que nos engenhos de açúcar+. Entretanto, o autor apresenta uma carta, escrita por uma escrava de nome Esperança Garcia,

denunciando os maus tratos dispensados a ela, a suas companheiras e filhos e aos demais escravizados da fazenda.

[...] há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extraio sangue pela boca ,em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada. Por misericórdia de Deus escapei [...]
(MOTT, 2012, p. 141).

A denúncia de Esperança parece ter repercutido também na historiografia. A violência era fato. Parecia faltar apenas uma análise sobre a sua intensidade; para tanto, o ponto de partida seria uma revisão da dualidade temporal criada por Monsenhor Chaves. Contudo, o pensamento social fundou uma nova dualidade, desta feita espacial, não só para o teor das relações, mas também para o uso do trabalho compulsório. Neste particular, a servidão negra no Piauí continuaria a figurar nas análises da historiadora Tanya Brandão (1999), em *O escravo na formação social do Piauí*+, como secundária nas fazendas de gado.

Esta característica, segundo a pesquisadora, deveu-se a vida rústica do sertão, onde os trabalhos desenvolvidos pelos negros não estavam diretamente ligados ao processo produtivo principal - a pecuária, mas a tarefas secundárias, como fabricação de telhas, tijolos, artesanatos, trabalhos domésticos e alugueis de seus serviços pelos seus senhores, na agricultura e na construção civil. No criatório, o cuidado do gado nos campos e currais seria realizado, predominantemente, por vaqueiros livres. Portanto, ficaria para os trabalhadores escravizados as duras e pesadas tarefas da lida nas fazendas.

Tanya Brandão defende ainda que a presença do escravizado nesta região se deu com características distintas no resto do País, sendo absorvida muito mais como uma demonstração de *status* social do que como força de trabalho atuante, apesar de, do ponto de vista da relação social, não fugir à regra do sistema escravista impregnado no Brasil (BRANDÃO, 1999, p. 154).

Apesar da referência sobre mecanismos repressores para o controle e domínio dos escravizados, a existência de dois cativeiros no Piauí, o privado e o público, levaram a autora a inferir que os trabalhadores das fazendas públicas gozavam de maiores privilégios e regalias que nas fazendas privadas. Nas propriedades privadas a violência, principal mecanismo de atuação do sistema escravocrata, se apresentava mais freqüente, pois o senhor se mantinha presente e

atento aos movimentos de seus trabalhadores. O comportamento violento dos proprietários contrasta com o vivenciado pelos escravizados públicos, tanto sob administração jesuítica quanto sob domínio da Coroa Lusitana e Império. Nas fazendas públicas era proporcionada aos trabalhadores relativa autonomia, fazendo com que o escravo gozasse de certa liberdade.

Quando se pretende estudar o funcionamento da escravidão no Piauí, faz-se necessário observar, em primeiro lugar, que, de acordo com o tipo de proprietário, existiam pelo menos dois grupos de escravos: um composto por cativos pertencentes à Coroa e outro que abrangia os de propriedade de particulares. Este fato implicaria na vigência de pelo menos dois tipos de tratamentos. [...] Quanto ao tratamento dispensando ao escravo do fisco, ocorria fator interessante que provavelmente implicaria em forma menos violenta (BRANDÃO, 1999, p. 158-160).

A idéia de diferenciação de condições de trabalho e vida dos escravizados é reproduzida e fortalecida em *“Escravos do sertão”*, de Miridam Falci (1995). Entretanto, a autora parte da coexistência do trabalho livre e escravizado como uma característica peculiar do Piauí para apresentar uma visão das relações escravistas a partir do batizado e do compadrio entre senhores e escravizados, reforçando assim o consenso e a contratualidade para além do espaço de produção. A proximidade entre classes, segundo a historiadora, se reproduz também no espaço privado. Apesar de suas pesquisas apontarem que no Piauí esse apadrinhamento por parte do proprietário do escravizado era quase inexistente, ela afirma:

“Mas se os senhores não foram os padrinhos dos escravos no Piauí, outros membros da família do senhor o foram. Várias vezes os batismos de escravos, foram realizados por irmãos, cunhados ou primos dos senhor.” (FALCI, 1995, p. 100).

Acreditamos, entretanto, que o apadrinhamento por pessoas livres não foi um ato de vontade única do escravo ou escrava que batizava o filho. É crível que havia interesse da parte do senhor e do escravo na escolha do padrinho e em caso de divergência predominaria a escolha do senhor. Ser padrinho significava dar roupa para a mãe e a criança, comprometer-se com a orientação daquele ser, protegê-lo, comparecer ao ato do batismo demonstrando uma inegável capacidade de estar junto aos negros, sentindo a sua proximidade, coisas socialmente indesejáveis para um homem livre de posses numa sociedade escravista.

Os apadrinhamentos de escravos pelos seus senhores ou por parentes dos senhores, e o ritual

de batizado foram considerados pela autora como cerimônia de *“confraternização”* do grupo escravizado e da família senhorial (FALCI, 1995, p. 104). Senhores e escravizados convivendo nos mesmos espaços, de produção e privado, reforça a ideia do sistema ameno vivido no sertão. Esta face do escravismo piauiense encontra, ainda segundo Miridam Falci (1995), um espaço de representação típico: as Fazendas Nacionais. Os grilhões nestas propriedades eram frouxos e os escravizados gozavam de uma jornada de trabalho menos árdua. A partir destas propriedades, continuava-se a reproduzir o paternalismo e a memória da escravidão ganhava ares de oásis do sertão, onde o negro escravizado viveria em eterna bonança.

Sobre as fazendas públicas e as relações escravistas vivenciadas neste espaço, Solimar Lima (2005), em *“Braço Forte”*, apresenta uma análise que questiona as visões paternalistas e aponta a freqüente e violenta repressão nas fazendas. Segundo o historiador, nas fazendas públicas estruturou-se e organizou-se uma produção escravista que desenvolvia sistematicamente atividades produtivas variadas com a finalidade principal de comercialização. A estrutura produtiva mercantil estava assentada exclusivamente no trabalho escravizado, naquela o trabalhador cativo era tão imprescindível à produção pastoril quanto a todas as outras desenvolvidas nas fazendas. A produção de forma dominante de mercadorias e a utilização dominante e sistêmica do trabalho escravizado levaram a que uma minoria de propriedades rurais no Piauí fosse uma especificidade que, antes de indicar exceção, confirmava a regra do escravismo vigente no país (LIMA, 2005, p. 152).

Solimar Lima (2005), contrapondo-se aos olhares dominantes de que a fraca fiscalização e a baixa produção resultariam em trabalhadores acomodados, desnaturaliza a idéia de que nas fazendas públicas o trabalho escravizado e as relações escravistas eram amenos. Assim, o autor compõe um cenário para a escravidão pública piauiense considerando a contribuição e a presença dos escravizados nas mais diversas atividades desenvolvidas nas propriedades. O teor dessas relações é descrita através das práticas de castigos violentos e através da ameaça da violência como forma de controle eficaz para manter a estabilidade das relações escravistas. A gestão do Império é marcada por denúncias realizadas pelos trabalhadores queixando-se das condutas adotadas

pelos administradores tornando o controle um processo de ambos, criadores e trabalhadores, pois aos escravizados nacionais era permitido a denúncia da exploração excessiva da violência e aos criadores, o dever de disciplinar e dominar.

Assim, para o historiador, o confronto era inevitável tomando esse processo uma estratégia de manutenção da violência e da ordem. Um fato importante de controle psicológico descrito pelo autor é o sistema de quarta [do total de bezerros que nascessem, os vaqueiros, que nas fazendas públicas em sua maioria eram escravizados, recebiam um quarto das cabeças amansadas], que era usado para criar no trabalhador escravizado a ilusão de ser um trabalhador menos explorado, servindo como outra forma de controle e disciplina. O benefício, para os trabalhadores escravizados, colocava limites à exploração e assegurava a sobrevivência, pois a acumulação desses bens servia para manter a alimentação dos mesmos nas fazendas.

Nessa complexa teia de relações escravistas, percebe-se uma tendência historiográfica a assinalar a predominância masculina, ficando a memória da mulher fadada ao esquecimento e sua história sobrepujada pelas conquistas corajosas e ousadas dos homens, pois a suposta fragilidade feminina não permitia que sua presença se unisse harmonicamente às paisagens rudes dos sertões e à lida nos campos. Por mais que a historiografia recente tenha fechado algumas lacunas dentro da história da escravidão no Piauí, abriu, em contraponto, margens para visões reducionistas do cotidiano e da condição feminina dentro do cativeiro; recortando desse mosaico apenas sua representação enquanto mão de obra secundária e pouco significativa para a produção, pois o trabalho humano necessário nas fazendas se limitaria ao criatório e esse por excelência seria de domínio puramente masculino.

A matriz de exclusão da participação feminina parece nascer da dualidade criada pela diferenciação de condições de trabalho e de vida entre cativeiro público e privado. Nesta dualidade, aparece, nitidamente, a diferenciação do trabalho quanto ao gênero. Esta concepção pode ser percebida, com destaque, em Miridan Falci (1995) e Tânia Brandão (1999). Tratando-se das fazendas nacionais, cabe destaque as informações apresentadas por Solimar Lima e Juliana Malherme (2008) sobre a participação feminina no criatório.

No contexto da produção pastoril, a resistência

escrava não se constitui como objeto específico em nenhuma produção historiográfica sobre o Piauí. Ainda que as formas de controle e a resistência dos escravizados sejam enfatizadas e discutidas nos autores citados, apenas Lima (2005) dedica um capítulo às formas de resistência, mas toma somente como referência as fazendas da nação onde os castigos corporais e as denúncias aparecem restritos ao âmbito da administração das propriedades. O autor afirma que as tensões e conflitos estavam presentes no cotidiano escravista. Havia a dominação, a exploração, as ameaças e os castigos, por um lado; rebeldia e negação da ordem, por outro. Nessa dinâmica, formava-se um quadro de rudez das relações sociais na economia pastoril do Piauí.

Muitas são as lacunas e os debates em torno das discussões sobre o cotidiano dos escravizados no Piauí e as relações que mantinham no decorrer deste período. As pesquisas de outrora se ocuparam com os espaços produtivos na zona rural do Piauí, dando um foco para as relações ali estabelecidas com ênfase no mundo do trabalho. Estudos recentes que ainda permanecem somente nos espaços da academia produzem um novo avanço na temática e redimensionam as discussões para espaços urbanos, para o cotidiano e para os meios de ordenamento e repressão dos escravizados. Mairton Celestino da Silva, em sua dissertação, *Batuque nas ruas dos negros*, defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Federal da Bahia, traz para o panorama das pesquisas a cidade de Teresina como ponto de partida para entender as relações sociais estabelecidas com a mudança da capital e com as novas sociabilidades experienciadas pelos negros, cativos ou libertos, no final do século XIX, a partir dos conflitos estabelecidos pelo declínio do sistema escravista e das políticas de cerceamento das manifestações negras. Para isso, a pesquisa tem como base documental os relatórios dos chefes de polícia e da Secretaria de Polícia, pois as manifestações eram percebidas como tentativas de burlarem o sistema, desembocando assim em processos judiciais.

A população escravizada no Recenseamento Geral do Império de 1872 (cf. FREITAS, 1988; CHAVES, 1998; NUNES, 2007) é uma pequena fração em comparação ao todo da população, mas está destacada como a mão de obra principal para as atividades diárias e a vida árdua do século XIX, e

principal obstáculo para as mudanças dos hábitos da Província do Piauí, tomando o tão sonhado progresso um processo repleto de conflitos. Nesse panorama, a formação de um aparato policial que reordenasse as manifestações negras se fazia necessária. É através das sociabilidades negras que o autor identifica as relações escravistas e percebe a resistência escrava como uma forma de adaptação ao sistema, de negociação de melhorias, de acordo e barganhas.

Se no entorno de Teresina as experiências negras se fizeram marcantes, nas ruas da cidade, a questão não era diferente. Mesmo correndo o risco da repressão policial e da punição por parte de seus senhores, os batuques dos negros resistiram durante o período da Escravidão. A presença negra na cidade era tão perceptível que ruas eram definidas como de circulação e presença exclusiva dos negros. Era nesses locais que os tambores, as sociabilidades, os conflitos e as negociações se davam com mais intensidade (SILVA, 2008, p. 125).

O historiador ressalta também a possibilidade de uma reprodução de valores e de uma cultura negra em Teresina, pois o que pelas autoridades era visto como desordem e bagunça, para os negros era uma tentativa de reproduzir os costumes africanos e de fortalecer os laços entre os seus pares. Com Mairton Celestino da Silva (2008), iniciou-se uma tendência para a análise das relações escravistas a partir da resistência negra, das ações dos órgãos de repressão e de manutenção da ordem, bem como das sociabilidades negras, não mais exclusivamente escravizados, no meio urbano. As relações escravistas, a partir da constituição da Secretaria de Polícia, são analisadas por Francisca Raquel Costa, em *“Escravidão e conflitos”* - dissertação defendida em 2009 no Programa de Pós-graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) -, onde a autora estudou as principais formas de resistência escrava e de controle nos espaços privados e públicos dentro do contexto da segunda metade do século XIX. O cotidiano dos escravizados é traçado a partir da identificação e das descrições dos fenótipos existentes nos documentos da Secretaria e nos anúncios de fugas nos jornais. Violência e resistência são destacadas como partes de um mesmo processo de dominação escravista.

Podemos fazer duas leituras a partir das descrições encontradas nas fontes consultadas: se, por um lado, as cicatrizes e marcas de *“filhos”* nos escravos significavam a violência do sistema escravista no Piauí; por outro, eram sinônimo de resistência desses trabalhadores escravizados, isto é, quanto mais resistiam, mais apresentavam cicatrizes que simbolizavam os atos de resistência (COSTA, 2009, p. 19).

Destacando a violência física e a violência psicológica promovida por senhores e feitores em espaços privados, a historiadora traçou um quadro que revela os delicados limites da violência senhorial e da violência pública. Os conflitos e tensões, na segunda metade do XIX, passaram a ser mediados pelo Estado diante da incapacidade social da autoridade senhorial lidar com determinadas situações que poderiam desestabilizar a ordem social. Para tanto, o poder privado acionava a polícia para aplicar os devidos castigos e procedimentos, ainda que os espaços privados continuassem utilizados, especialmente pelos grandes proprietários, como espaços de punição e forma de reafirmar um poder que ruía juntamente com o sistema escravista.

As relações escravistas, as experiências e vivências dos escravizados vão sendo delineadas nas pesquisas recentes ampliando-se a análise para o espaço urbano e para as relações dos escravizados com os demais componentes empobrecidos da sociedade, os libertos e livres. Focando a cidade de Teresina como ponto de partida para a análise das sociabilidades festivas e lúdicas da população negra e nas estratégias de *“inclusão social e cultural”* na cidade que acabava de se tornar a capital da Província, Talyta Sousa defendeu a dissertação *“Filhos do sol do equador”*, em 2012, no Programa de Pós-graduação em História do Brasil, na UFPI. Na obra, a historiadora apresenta o cotidiano da população negra e suas estratégias partindo da análise do trabalho, do lazer e principalmente da formação da irmandade de São Benedito, que era uma das principais na organização das festas sacro-profanas, nas quais a sociedade se relacionava com os negros escravizados e os mesmos conseguiam delinear a sua história e a sua cultura na cidade. Para Talyta Sousa (2012, p. 56),

A aparente liberdade existente nos centros urbanos proporcionava aos escravizados as mesmas violências que sofria o escravizado rural. Essa violência corresponde à violência simbólica, um tipo de violência que é exercida em parte com consentimento de quem a sofre. [...] Assim, a escravidão urbana constitui-se como uma contradição, como sugeriu Leila Mezan Algrani, pois os momentos longe do senhor, ao mesmo tempo em que proporcionavam a criação de um ambiente próprio para usufruir da liberdade, era também a reafirmação de sua condição de escravizado, [...].

A pesquisadora trata as festas e a inserção dos negros como membros da irmandade de São Benedito, em Teresina, como uma reelaboração da condição de excluídos sociais, onde se construíam

identidades sociais expressivas, dando a oportunidade de ter um auxílio a invalidez, doenças, e de inserção na sociedade, diminuindo o sentimento de opressão do sistema escravista. Como visto, pouca é a produção sobre a escravidão no Piauí. A evolução do pensamento social sobre o tema apresentado na historiografia revela, nitidamente, duas percepções teórico-metodológicas (a resistência escrava e a resistência-acomodação escrava), a exemplo do debate nacional, que buscam compreender a formação social tomando como referência as relações escravistas. Em que pesem avanços, aparecem ainda imperfeitas as interpretações sobre a sociedade piauiense escravista ●

Notas:

¹ Assim como nas principais capitais brasileiras, com a independência e o advento de uma possível proclamação da República, surgiu um movimento elitista de transformar as cidades em locais de gente civilizada e afável, no qual os padrões europeus influenciavam fortemente as mudanças físicas e posturais dos habitantes, não diferente na Província do Piauí. Ver mais em Carvalho (2007).

Referências

ALENCASTRE, J. M. P. de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. 2. ed. Teresina: Comepi, 1981.

BRANDÃO, T. M. *O escravo na formação social do Piauí*. Teresina: Edufpi, 1999.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, F. R. *Escravidão e conflitos*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

CHAVES, M. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FALCI, M. B. K. *Escravos do sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GARDNER, G. *Viagens no Brasil*. [S.l.]: Nacional, 1942.

LIMA, S. O. *Braço forte*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, S. O.; MALHERME, J. M. B. Cotidiano e trabalho de mulheres negras nas fazendas escravistas do Piauí. In: LIMA, S. O. *Sertão Negro*. Rio de Janeiro: Booklink; Teresina: Matizes, 2008. p.168-178.

MOTT, L. R. B. *Piauí colonial*. Teresina: APL; Fundac; Detran, 2012.

NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1996. v. 4.

NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Fundapi; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

SILVA, M. C. *Batuque na rua dos negros*. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOARES, D. L. C.; LIMA, S. O. *Escravidão e liberdade*. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011.

SOUSA, T. M. L. *Filhos do Sol do Equador*. 2012. 246 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

* **Mestranda em História do Brasil/UFPI**
(debora.lcs@bol.com.br);

** **Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado em História do Brasil/UFPI, Doutor em História/PUCRS**
(s.olima@bol.com.br)